

## **PARECER Nº , DE 2000**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2000 (nº 00596, de 1999, na origem), que “altera a Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou pracistas, para permitir o pagamento de comissões e percentagens em prestações sucessivas quando do recebimento da primeira parcela e estabelece critérios para o estorno de comissões pagas”.

**RELATOR: Senador MAGUITO VILELA**

### **I – RELATÓRIO**

Encontra-se em análise, nesta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2000, de autoria do Deputado Ênio Bacci. Essa proposição pretende alterar a Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou pracistas.

O autor afirma, em defesa de sua proposta, que muitas empresas retêm o pagamento de comissões e percentagens aos vendedores viajantes até a cobrança dos valores da venda. Para regulamentar a matéria, ele propõe o pagamento integral dessas parcelas no momento em que o cliente paga a primeira prestação, sem depender da efetiva quitação, pelos compradores, dos débitos remanescentes. Para resguardar o direito dos empregadores, a iniciativa prevê a possibilidade de estorno posterior dos valores relativos aos pagamentos não efetivados por devedores insolventes.

É o relatório.

## II – ANÁLISE

Analizando os aspectos formais da iniciativa, não detectamos impedimentos constitucionais capazes de depor contra a aprovação das mudanças legislativas propostas. Foram observados os pressupostos relativos à competência legislativa da União (art. 22, I, da CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF) e à iniciativa (art. 61, *caput*, CF). Também do ponto de vista material, não há óbices constitucionais. A matéria está, portanto, apta a fazer parte de nosso ordenamento jurídico e não há restrições regimentais à sua tramitação.

Na análise do mérito, constatamos que os argumentos que orientam a apresentação da iniciativa são plenamente defensáveis. As mudanças são favoráveis aos empregados vendedores, viajantes ou praticistas e podem simplificar a forma de pagamento de comissões e percentagens, o qual passará a ser efetivado numa única parcela, sujeita a eventuais estornos, desde que as importâncias mensais estornadas não sejam superiores a vinte por cento da remuneração líquida mensal do vendedor. Há uma evidente simplificação, com redução do trabalho contábil e das fontes de atrito entre empregados e empregadores.

Detectamos, entretanto, falta de clareza na redação da ementa e do texto previsto para o art. 5º da Lei nº 3.207/57. A ementa e o artigo referem-se ao “pagamento de comissões e percentagens em prestações sucessivas”. Ora, a proposição prevê o pagamento das comissões e percentagens aos vendedores, numa parcela única, no momento do recebimento da primeira prestação, paga pelo comprador. Na legislação atual é que o pagamento efetiva-se em prestações sucessivas, à medida que o cliente vai efetivando os pagamentos. Não se pode confundir a obrigação entre a empresa e seus clientes e a obrigação da empresa para com os seus vendedores.

Essas impropriedades podem ser sanadas mediante emendas de redação.

### **III – VOTO**

Em face dos argumentos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 79, de 2000, de autoria do nobre Deputado Ênio Bacci, com duas emendas de redação.

#### **EMENDA Nº 01 – CAS – DE REDAÇÃO**

Dê-se à ementa do Projeto de Lei em análise a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes e praticistas, para prever o pagamento, numa única parcela, das comissões e percentagens sobre vendas em prestações e dá outras providências.”

#### **EMENDA Nº 02 – CAS – DE REDAÇÃO**

Dê-se ao art. 5º da Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, alterado pelo art. 1º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 5º Nas transações em que a empresa se obrigar pelo pagamento de comissões e percentagens sobre vendas em prestações sucessivas, esse pagamento será exigível, em sua totalidade, quando do recebimento da primeira prestação, observado o disposto no art. 7º”. (NR)

Sala da Comissão, 28 DE MARÇO DE 2001.

SENADOR ROMEU TUMA, Presidente

SENADOR MAGUITO VILELA, Relator